

Allianz Global Investors Fund
Société d'Investissement à Capital Variable (SICAV)
Sede social: 6A, route de Trèves, 2633 Senningerberg
R.C.S. Luxemburgo B 71.182

Informa-se pelo presente COMUNICADO
que a

ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

de Accionistas da **Allianz Global Investors Fund** ("a Sociedade") terá lugar no escritório do notário Martine Schaeffer, sito em 74, avenue Victor Hugo, 1750, Luxemburgo, às 14h30 HEC no dia 23 de Dezembro de 2013, com o objectivo de considerar e votar os seguintes pontos:

Agenda:

1. Separação do dia de avaliação e do dia de transacção

Para que os subfundos da Sociedade possam aplicar uma frequência de avaliação que não tenha de estar necessariamente em concordância com a frequência de transacção (por ex., avaliação numa base diária e transacção numa base quinzenal), os Estatutos deverão apresentar uma definição de "dia de avaliação" e uma definição de "dia de transacção". O Artigo 12 (1.º parágrafo) dos Estatutos deverá ser alterado de forma a incluir essas definições; consequentemente, os Artigos 7 (5.º parágrafo), 8 (2.º, 6.º, 7.º parágrafos), 9 (4.º, 7.º parágrafos), 10 (cláusula D.2.), 11 (1.º parágrafo, cláusula IV 1, 2) e 24 (cláusula 1, 2) dos Estatutos deverão ser alterados em conformidade.

2. Suspensão (isto é, Diferimento) de resgates e conversões no caso de resgates e conversões de grande dimensão

Devido à ausência de disposições regulamentares, o número máximo de dias de suspensão (isto é, diferimento) de resgates e conversões deverá ser eliminado. Os Artigos 8 (6.º parágrafo) e 9 (7.º parágrafo) dos Estatutos deverão ser alterados em conformidade eliminando-se as duas últimas frases no que respeita à duração máxima da suspensão (isto é, diferimento) de resgates e conversões. Não obstante, o Prospecto da Sociedade incluirá detalhes sobre a duração máxima dessa suspensão (isto é, diferimento) e o procedimento de liquidação aplicável.

Para fins de esclarecimento, as palavras "suspender" e "suspendido", ao abrigo dos Artigos 8 e 9 (nos casos de resgates e conversões que ultrapassem um determinado nível definido pelo Conselho de Administração) foram alteradas para "diferir" e "diferido", respectivamente.

3. Políticas e restrições de investimento

O mecanismo de cálculo dos activos líquidos da Sociedade, caso um subfundo da Sociedade invista num outro subfundo da Sociedade, deverá ser acrescentado para descrever com maior precisão e reflectir na totalidade as normas legais aplicáveis. O Artigo 18.1.b dos Estatutos deverá ser alterado em conformidade.

4. Diversificação de Riscos

A lista de partes que emitem títulos/instrumentos nos quais os subfundos da Sociedade poderão investir até 100% dos seus activos (para efeitos de diversificação de riscos e desde que estes títulos/instrumentos estejam, pelo menos, em seis emissões diferentes, e que a mesma emissão não ultrapasse 30% dos activos líquidos de um subfundo) deverá ser alargada de forma a abranger Hong Kong, Brasil, Índia, Indonésia, Rússia, África do Sul, Singapura ou quaisquer outros Estados não pertencentes à UE, sujeita à aprovação da CSSF e a divulgação no Prospecto da Sociedade. O Artigo 18.3.f dos Estatutos deverá ser alterado em conformidade.

5. Conversão em fundos *feeder*

Deverá ser concedido ao Conselho de Administração da Sociedade o direito de tornar subfundos da Sociedade em, ou criar subfundos da Sociedade como, fundos *feeder*. O Artigo 18.3.g dos Estatutos deverá

ser alterado em conformidade, de forma a reflectir os requisitos do Artigo 77 da Lei de 17 de Dezembro de 2010 relativa a Organismos de Investimento Colectivo, que estabelece as disposições regulamentares de fundos *feeder* (por ex., limite mínimo de investimento (85%) de um fundo *feeder* num fundo *master*; um fundo *feeder* poderá deter até 15% dos seus activos noutros activos, como activos líquidos auxiliares.)

6. Assembleia-Geral de Accionistas da Sociedade

A assembleia-geral anual realiza-se no Luxemburgo na quarta sexta-feira de Janeiro às 11h00 na sede comercial registada da Sociedade, conforme o Direito Luxemburguês (actualmente: terceira sexta-feira de Janeiro), permitindo mais margem de manobra de forma a obter o respectivo relatório anual da Sociedade. O Artigo 22 (3.º parágrafo) dos Estatutos deverá ser alterado em conformidade.

7. Encerramentos de subfundos e classes de acções da Sociedade

Os poderes e processos de liquidação de subfundos da Sociedade ou de liquidação de classes de acções desses subfundos deverão ser definidos com mais precisão ao abrigo do Artigo 24.1 e do Artigo 24.2. O Artigo 24.1 autoriza o Conselho de Administração e o Artigo 24.2 autoriza a assembleia-geral de accionistas a forçarem o resgate de todas as acções em qualquer classe de acções ou em qualquer subfundo e o texto destas duas cláusulas será alterado de forma a descrever este processo com maior precisão. Adicionalmente, foi clarificado, no Artigo 24.1 dos Estatutos, que o Conselho de Administração poderá liquidar um subfundo ou uma classe de acções se os activos de um subfundo ou de uma classe de acções caírem abaixo do montante mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração para uma administração economicamente eficiente do subfundo ou da classe de acções. As circunstâncias mencionadas no Artigo 24.1 aplicam-se a subfundos e a classes de acções.

8. Fusões de subfundos e classes de acções da Sociedade

Os poderes, calendário de notificação e processos de fusão de uma ou de todas as classes de acções emitidas num subfundo (o "Subfundo a Fundir") (1) num outro subfundo da Sociedade, (2) numa outra classe de acções do mesmo subfundo da Sociedade, (3) num outro OICVM ou (4) num outro subfundo ou classe de acções desse OICVM deverão ser alterados. Os Artigos 24.5 e 24.6 dos Estatutos deverão ser alterados em conformidade.

9. Caisse de Consignation

Para fins de esclarecimento, o Artigo 24.3 dos Estatutos é actualizado baseando-se no regulamento luxemburguês relativo à gestão de resultados não reclamados (onde serão depositados e quando serão considerados vencidos).

10. Alterações de natureza interna

As definições e a utilização de termos, assim como a ortografia de terminologia-chave, deverão ser alteradas de forma a serem mais concisas e a estarem em concordância com as definições e as regras de ortografia aplicadas no Prospecto da Sociedade. Todos os Artigos da Sociedade (se aplicável) deverão ser alterados em conformidade.

O texto das alterações propostas aos Estatutos está acessível ou disponível gratuitamente para os Accionistas na sede social da Sociedade.

A data efectiva dos Estatutos revistos será 30 de Janeiro de 2014 se as resoluções forem aprovadas na Assembleia-Geral Extraordinária.

Estando sujeitas à aprovação do Item n.º 4 da Agenda na Assembleia-Geral Extraordinária, as alterações definidas no Item da Agenda anteriormente mencionado entrarão em vigor para o subfundo "Allianz HKD Income" no mesmo dia, 30 de Janeiro de 2014.

Votação:

As resoluções sobre a Agenda podem ser aprovadas no mínimo por dois terços dos votos reunidos na Assembleia, sendo necessário para tal que esteja representado um quórum de pelo menos metade do capital.

Os requisitos de quórum e maioria serão determinados de acordo com as acções em circulação à meia-noite de 18 de Dezembro de 2013, HEC (a "Data de Registo"). Os direitos de voto dos Accionistas deverão ser determinados pelo número de acções detidas à Data de Registo.

Caso não se verifique o quórum necessário nesta Assembleia, será reconvocada uma segunda assembleia-geral extraordinária, que poderá aprovar as resoluções da mesma Agenda, sem necessidade de quórum, com pelo menos dois terços dos votos reunidos nessa Assembleia.

Disposições de Votação:

Estão autorizados a comparecer e votar na assembleia accionistas que entreguem uma confirmação do respectivo banco depositário ou instituição depositária apresentando o número de acções detidas pelo Accionista, à Data de Registo, ao Agente de Transferência, ou seja, RBC Investor Services Bank S.A., Domiciliary Services, 14, Porte de France, 4360 Esch-sur-Alzette, Luxemburgo, de forma a que seja recepcionada até às 11h00 HEC de 19 de Dezembro de 2013.

Todos os accionistas com direito de comparecer e votar na assembleia devem ter o direito de nomear um procurador para votar em seu nome. Para que o formulário de procuração seja válido, deve estar devidamente preenchido e assinado pelo(a) nomeador(a) ou pelo respectivo advogado ou, se o(a) nomeador(a) for uma empresa, este formulário terá de apresentar o selo comum ou estar assinado por um delegado devidamente autorizado e deve ser enviado para o Agente de Transferência, ou seja, RBC Investor Services Bank S.A., Domiciliary Services, 14, Porte de France, 4360 Esch-sur-Alzette, Luxemburgo, de forma a que seja recepcionado até às 11h00 HEC de 19 de Dezembro de 2013.

Os formulários de procuração para utilização pelos accionistas registados podem ser obtidos junto do Agente de Transferência, ou seja, RBC Investor Services Bank S.A., Domiciliary Services, 14, Porte de France, 4360 Esch-sur-Alzette, Luxemburgo. A pessoa nomeada como procurador não necessita de ser accionista da Sociedade. A nomeação de um procurador não impede um accionista de comparecer na assembleia.

Senningerberg, Novembro de 2013

O Conselho de Administração

Este comunicado aos accionistas é uma tradução do comunicado original publicado a 29 de Novembro de 2013 no Mémorial, jornal oficial do Grão-Ducado do Luxemburgo. Se existirem discrepâncias ou ambiguidades na interpretação da tradução, a versão original em língua inglesa deverá prevalecer desde que não viole a legislação local da jurisdição relevante.